



## O TEMPO HISTÓRICO COMO “REPRESENTAÇÃO INTELLECTUAL”

**José Carlos Reis\***

**Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG**

[jkrs@uol.com.br](mailto:jkrs@uol.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo pretende discutir um conjunto de diversas reflexões acerca da ideia de tempo. Em primeiro lugar, são colocadas várias percepções do tempo em sua relação com a história, para, em um segundo momento, tratar do tempo como “representação intelectual” e como “representação cultural”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tempo – História – Representação intelectual.

**ABSTRACT:** This article discusses a number of different thoughts about the idea of time. First, are placed various perceptions of time in your relationship with history, for, in a second time, treat time as "intellectual representation" and "cultural representation."

**KEYWORDS:** Time – History – Intellectual representation.

### O QUE É O TEMPO?

Do ser do tempo, pode-se falar? Para tentar falar sobre o tempo, pretendemos tocar levemente nas seguintes questões: o tempo é objetivo e está na natureza ou é subjetivo e está na consciência? Ele é qualitativo ou quantitativo? Como se define o presente? E o passado e o futuro, como podem ser definidos? Quais as relações entre tempo e espaço? Quais as relações entre tempo, finitude e eternidade? O tempo é irreversível ou reversível, i.e., como se relacionam a suas três dimensões, o passado, o presente e o futuro? Ele é singular ou plural, universal ou múltiplo? Quais as relações entre tempo, história e cultura? Haveria alguma relação entre tempo e paternidade? O que pensam os historiadores sobre a “dimensão histórica” do tempo?

O tempo aparece sob o signo do paradoxo: ser e não ser, nascer e morrer, aparecer e desaparecer, criação e destruição, fixidez e mobilidade, estabilidade e

---

\* Professor associado 3 da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

mudança, devir e eternidade. Sob o signo da contradição, do ser e do nada, o tempo parece inapreensível. Ele é descrito de modo contraditório: a pior e a melhor das coisas, fonte da criação, da verdade e da vida e portador da destruição, do esquecimento e da morte. Ele engendra e inova e faz perecer e arruína. Ele é pai e destruidor de todas as coisas, origem e fim, a sua passagem é aflitiva (“isto não vai acabar nunca?”) e consoladora (“vai passar!”). Ele não é apreensível, pois invisível, intocável, impalpável, mas pode ser “percebido”. Pode-se percebê-lo na natureza, nos movimentos da esfera celeste, das estrelas, planetas e satélites em torno deles mesmos e em torno uns dos outros, no retorno das estações, na diferença entre dia e noite. Para Pomian, pode-se percebê-lo fortemente no corpo humano, que é um “relógio vivo”, os estados somáticos, temperatura, hormônios, sangue, variam com uma periodicidade circadiana de origem endógena. Uma cronobiologia mostra que o homem não precisa da cultura para perceber o tempo, pois as suas funções vitais são temporais, com as suas desregulações próprias, que são doenças temporais: ansiedade, depressão, esquizofrenia, angústia, distúrbios do sono, da sexualidade, distúrbios ligados ao esforço repetido, ao stress.<sup>1</sup>

Nestes tempos naturais e vivos, predominam a regularidade, o retorno, a repetição, uma ordem estável, que inspirou a criação do relógio mecânico, que se tornou uma medida do tempo artificial, abstrata, alheia àquilo que mede. O relógio mecânico surgiu entre 1300 e 1650 e trouxe mudanças importantes na percepção social e cultural do tempo na Europa Ocidental. O tempo do relógio ao mesmo tempo se inspirava na regularidade da natureza e a substituiu na organização da sociedade. O canto do galo não despertava mais para a aurora da jornada de trabalho e o movimento do sol não disciplinava mais as atividades do dia. Antes, o relógio diário era o da rotina das tarefas do pastoreio e da agricultura: reunir as vacas e ovelhas, ordenhá-las, soltá-las no pasto, capinar, plantar, colher, caçar, pescar. Cada tarefa tinha o seu momento e a sua duração previstos e orientavam a vida cotidiana. Havia também um tempo religioso de rezas, terços, missas, festas, procissões, sermões. Para Le Goff, este tempo religioso ritmado pelo repicar dos sinos organizava toda a vida social: nascimentos, batizados, crismas, casamentos, mortes. O surgimento das cidades reguladas pelo tempo mecânico do relógio pôs fim à exclusividade dessa vida camponesa e religiosa. O usuário pôs o

---

<sup>1</sup> Cf. POMIAN, K. Tempo/Temporalidade. **Enciclopédia Einaudi**, 29.

tempo à venda e emprestava dinheiro contando os meses, dias e horas, os comerciantes estabeleciam os seus preços considerando o tempo necessário à produção das mercadorias ou as durações dos trajetos de longa distância. O tempo do trabalho passou a ser disciplinado, racionalizado, com vistas a se evitar o “desperdício de tempo” e a se ganhar dinheiro com o tempo. A ociosidade foi proibida e as relações sociais se automatizaram.<sup>2</sup>

O tempo pode ser percebido também na vida psicológica individual, onde predominam durações irregulares e heterogêneas, um tempo qualitativo, desigual, afetivo, plural, irreversível, instável, avesso à regularidade natural e à abstração do relógio. Ele pode ser percebido ainda nas mudanças históricas: no homem rico e poderoso que se tornou pequeno e pobre, na mulher bela que não é mais, que era amada e tornou-se ex-mulher, no homem jovem, vigoroso, que envelheceu e decaiu, no burguês que virou proletário e foi submetido ao relógio de ponto, no grupo derrotado que conseguiu vencer, no escravo que se tornou livre, na nação que era soberana e foi conquistada. Ele é visível nas oscilações de sorte e azar, sucesso e fracasso, altos e baixos, ascensão e crise, derrota e conquista, escravidão e liberdade. Como puro devir, o tempo é percebido como uma seqüência de momentos que se excluem, uma sucessão de termos que aparecem e desaparecem, que introduz uma existência nova e nega uma existência dada. O tempo seria a constante redução do ser ao nada, pela descontinuação e sucessão do ser. Para representá-lo, geralmente, se recorre a metáforas: é como a música, uma sucessão de sons que duram, oscilam em ritmos múltiplos e harmoniosos e desaparecem, deixando apenas a lembrança, ou como o rio, que desce ora mais rápido, ora mais lento, que nunca retorna, mas que o pensamento pode percorrer a jusante e a montante.<sup>3</sup>

Para Lavelle, a melhor definição do tempo seria “alteridade”, i.e., a negação constante do atual. Como devir, o tempo é vivido como o “terrorismo do tornar-se”: ele promete, dá, ilude e, depois, toma, não cumpre, desilude, porque não dura. O que leva o

---

<sup>2</sup> Cf. LE GOFF, J. Temps de l'Église et Temps du Marchand. **Annales ESC**, n. 3, Paris, A. Colin, março/abril de 1960.

THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_: **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998 [1967].

<sup>3</sup> Cf. ALQUIE, F. **Le Désir d'Éternité**. Paris: PUE, 1990 (Primeira edição em 1943).

LAVELLE, L. **Du Temps et de l'Éternité**. Paris: Aubier, 1945.

REIS, J. C. **História, a Ciência dos Homens no Tempo**. Londrina: Eduel, 2009.

homem a sonhar com a evasão do tempo: a eternidade. O problema da eternidade aparece porque a finitude é a pior opressão e o homem sente o desejo de salvação. Posto na finitude e entre coisas finitas, no devir, o homem possui a idéia do infinito que, por definição, não pode ser atualizado como presença real, pois não seria mais infinito, mas um ser determinado. Para Gadamer, a natureza do tempo é um dos mistérios mais insondáveis: “a dificuldade que põe o tempo é que nosso espírito é capaz de conceber o infinito e se vê rodeado pela finitude. É aí que reside o mistério do tempo – tudo o que encontramos na realidade é limitado, mas nosso espírito não conhece limites”. A filosofia tende a se render diante desse seu objeto de reflexão, a considerá-lo misterioso, inapreensível, o que significa, de alguma forma, uma derrota para o pensamento. A reflexão sobre o tempo é essencialmente aporética, complexa, múltipla e pouco concludente. Para Kojève, a reflexão filosófica sobre o tempo é “pobre”, porque nos fala pouca coisa sobre o que seria o tempo enquanto tal e a maior parte dos filósofos puseram em dúvida o fato de que o tempo seja. Mas, para Kojève, uma noção só pode ter sentido se ela se relaciona a “alguma coisa” e se a noção de tempo existe, logo, ela deve ser relativa a “alguma coisa”, que não ela mesma e que não o nada. O tempo deve ser “alguma coisa”, pois a noção de tempo existe e só se pode falar de algo que é e do qual se fala. Se se fala que é impossível falar do que se fala é contradizer-se.<sup>4</sup>

Portanto, é possível falar do tempo e fala-se. A busca ontológica do tempo “enquanto tal” exclui a relação do tempo com o discurso que fala dele. O tempo existiria, então, “enquanto tal”, i.e., independente do fato de que se fala dele. Mas, não é possível uma ontologia do tempo, uma apreensão do tempo em si, mas somente “representações”, discursos sobre ele. Mas, mesmo como objeto de discurso, Aristóteles já se perguntara: pode-se falar de um ser que é e não é? Deve-se por o tempo entre os seres ou entre os não seres? Qual seria a sua natureza? Por um lado, ele parece não existir de forma alguma; por outro, ele teria só uma existência imperfeita e obscura. Por um lado, ele foi e não é mais; por outro, vai ser e não é ainda. O seu ser é constituído

---

<sup>4</sup> Cf. ALQUIE, F. **Le Désir d'Éternité**. Paris: PUE, 1990 (Primeira edição em 1943).

LAVELLE, L. **Du Temps et de l'Éternité**. Paris: Aubier, 1945.

GADAMER, E. L'Expérience Interieur du Temps et l'Échec de la Réflexion dans la Pensée Occidental.  
In: Ricoeur, P. (Org.). **Le temps et les philosophies**. Paris: Payot/Unesco, 1978.

KOJEVE, A. **Le Concept, le Temps et le Discours**. Paris: Gallimard, 1990.

por não seres: não é mais, não é ainda! Mas, prossegue Aristóteles: se o tempo é composto, é divisível e, se é divisível, então, alguma de suas partes ou todas existem e ele existe. Portanto, o tempo se dá à fala, é representável, e pode-se, então, relativizar aquela afirmação de Kojève sobre uma certa “pobreza” da reflexão filosófica sobre o tempo, pois há uma riqueza de discursos sobre ele desde Parmênides, Aristóteles, Santo Agostinho, Plotino, Newton, Kant, Hegel, Marx, até Husserl, Heidegger, Bergson, Bachelard, Ricoeur, Elias, para citarmos somente os discursos mais clássicos.<sup>5</sup>

Enfim, é a linguagem que “faz aparecer” o tempo. O que mais nos permite percebê-lo são as palavras que usamos para falar dele: “transcurso, devir, mudança, transição, sucessão, irreversibilidade, ausência, presença, continuidade, ruptura”, entre outras. Estas palavras o descrevem como trânsito do ser ao não-ser e do não-ser ao ser. Vamos procurar apreender e definir as partes que o constituem, o passado, o presente e o futuro. As relações entre essas partes são complexas: qual delas é predominante? São separáveis? São lineares? São irreversíveis? Quando termina o passado e quando começa o presente? Vamos tentar definir o que seriam estas partes constitutivas do tempo e as suas possíveis relações, sem nenhuma pretensão conclusiva, porque tudo depende do modo como se fala. O tempo é o que se fala dele e a melhor forma de abordá-lo é fazendo a “história do tempo”, i.é., dos discursos e “representações” que as sociedades e culturas fizeram dele.<sup>6</sup>

1ª) O passado é o local da experiência: sido, acontecido, vivido. Pode-se vê-lo de três modos, pelo menos

a) ele é o que não é mais, o que deixou de ser e, nesta perspectiva, não é localizável, não está em lugar algum, não é observável e, portanto, não existe. Se a compreensão do passado se reduzisse a este modo de defini-lo, o conhecimento histórico seria impossível, pois não teria objeto;

---

<sup>5</sup> Cf. KOJEVE, A. **Le Concept, le Temps et le Discours**. Paris: Gallimard, 1990.

ARISTÓTELES. Livre IV - Le Lieu, le Vide, le Temps. **Physique**. Paris, Les Belles Lettres, 1926. (Texto traduzido e apresentado por H. Carteron.)

REIS, J. C. **História, a Ciência dos Homens no Tempo**. Londrina: Eduel, 2009.

<sup>6</sup> RICOEUR, P. (Org.). **Le Temps et les Philosophies**. Paris: Payot/Unesco, 1978.

b) ele existe e pode ser percebido como uma “espiritualização do ser”, como lembrança e conhecimento retrospectivo, no presente. O passado é o conhecimento de si do presente, de sua trajetória, que tem a forma da recapitulação, da retrospectiva, da anamnese. Contudo, a memória-presente pode recuperar fielmente o passado? Como “conhecimento”, o passado pode ser considerado também um não-ser: ilusão, ficção, impossibilidade de reconstituição da experiência vivida. Mas, a memória-presente produz uma “ilusão intelectual”, pois o real acontecido disciplina a fantasia. A representação do passado liga-se a uma situação presente e é nessa situação que ela ilumina a ação. Portanto, nesta perspectiva, o passado não existe em si e se confunde com a reconstituição que se faz dele. Ele é a possibilidade mesma do pensamento, já que toda reflexão é retrospectiva. O ser do passado é a sua representação, que está situada no presente, que gera alguns sentimentos específicos: pesar, lembrança, reconhecimento, remorso, saudade, lamento. Como conhecimento, ele se dá como retrospectiva, um conhecimento *a posteriori*, que não permite nenhuma intervenção. Sobre o passado não se age mais, o retorno apaixonado ao passado é ineficaz. A vivência do passado como paixão é uma recusa do tempo, pois ao passado não se retorna e, tomado como conhecimento, o passado não obriga e determina, mas informa a iniciativa presente tendente ao futuro.

c) o passado é o que há de mais sólido na estrutura do tempo. Deste, o passado é a única dimensão que pode ser objeto de conhecimento. Ele não é mais a negação da existência, mas afirmação do ser. Ele penetra o presente e o futuro, é a parte mais dura do ser do tempo, a que vence o devir. Só como tendo-sido a experiência se dá ao conhecimento. Ele é duração realizada, consolidação do tempo, o que já é e ainda é. O presente é de certa forma o “corpo do passado”, a sua presença concreta em vestígios, documentos, comportamentos, linguagens, valores, rituais. O passado é visível no presente como se fosse o seu solo e pode oprimi-lo ou ser a base de seu lançamento para a liberdade.

A descrição do passado é aporética: o que não é mais e o que é de fato, conhecimento verdadeiro e ilusão, prisão e liberdade, inquietude e repouso. Por um lado, o pensamento do passado é tranqüilizante: dado, estável, conhecível, descritível, ausência de risco, certeza e repouso; por outro, é inquietante, pois representa antecipadamente a morte, a finitude, o irrecuperável e inacessível ser.

2ª) O presente é o local da sens/ação. É a terceira parte do tempo, porque é mediador, faz a transição do passado ao futuro, momento em que o futuro emerge e o passado afunda ou em que o passado se torna mais longo e o futuro mais curto, qualquer que seja a longura presumida de um e de outro. Ele é o ponto de partida de toda representação do tempo, o que divide o tempo em passado e futuro. É sempre de um ponto de vista presente que se representa o passado e o futuro. Ele é a ponte que assegura a continuidade do passado no futuro e o limite que os separa. É a experiência mais fácil do tempo, pois percepção, e a mais difícil, pois transcurso. Como percepção, o presente é um estado real de duração, a parte mais sólida, mais estável, mais substancial do tempo. Ele é triplo: momento original, lembrança do passado e tendência ao futuro. O presente é presença, ação, iniciativa. Ele é o lugar do enunciador do tempo, do sujeito, do agir de um enunciador. O presente é o que está diante de mim, iminente, urgente, sem atraso – é como “o corpo do atleta pendido para a frente no momento da largada”. O presente e o passado recente se pertencem, pois o presente o retém e alarga-se; o presente e o futuro imediato também se pertencem e, assim, o presente assegura a continuidade do tempo. Mas, a diferença entre presente, passado e futuro é clara: o passado não é mais e o futuro não é ainda e estão excluídos do presente, que é o que está acontecendo.

A descrição do presente também é contraditória: é a parte mais impegável do tempo, pois transitório, e a mais sólida, porque percepção e local da iniciativa do enunciador do tempo. Como tempo do enunciador, o presente é o tempo vivido, que organiza todas as perspectivas sobre o tempo. O presente-instante pode ser visto de três modos: *como ponto abstrato*, que divide o tempo em antes e depois, fim do antes e início do depois, corte abstrato, não vivido, que permite descer e subir para o passado e o futuro; *como lugar determinado*, vivido, singular, uma experiência vivida concreta, localizada no tempo-calendário, que ocorre aqui-agora; *como instante eterno*, viver no instante é viver na eternidade, que seria a presença da consciência a si mesma, quando ela consegue se ampliar e vencer o seu transcurso. O instante é a união da consciência consigo mesma, que perderia os seus aspectos futuro e passado, para ser plenamente presente a si. Zenão de Eléia explica a imutabilidade do tempo com o exemplo da flecha lançada: por um lado, ela está em movimento acelerado; por outro, ela sempre está em um instante e, portanto, parada. Um homem circula em diversos lugares-tempos, idades,

mas é sempre ele mesmo e está sempre em si mesmo. Logo, o seu movimento é ilusório, porque está sempre no instante.<sup>7</sup>

3ª) O futuro é o local da expectativa, que exige esforço e atenção. É a segunda parte do tempo, pois posterior ao passado, que é primeiro e anterior. Ele é portador tanto da inquietude, da instabilidade, do medo da finitude, quanto da esperança de ser. A aceitação do futuro é a aceitação do risco-morte, porque é limite ao meu poder, uma ameaça contínua ao ser. Mas, se é incerteza e risco, é também promessa de ser. O futuro completa, termina, aperfeiçoa o ser. O que é no tempo é incompleto e precisa do futuro para se completar. Realizar ações é dirigir-se ao futuro, engajar-se no tempo. É no futuro que se constrói um mundo. Aceitar o futuro é vencer o medo que o tempo inspira: a finitude. Um ser sem necessidade do futuro é o “ser eterno”, o Uno, que sempre é. A descrição do futuro também é aporética: o futuro é tendência ao ser e ao não ser, é certeza e incerteza, é alegria da conquista e angústia do fracasso, vitória do desejo de viver e medo da morte, expectativa de ser e medo de desaparecer antes.

Portanto, toda a ambiguidade do tempo como ser-não-ser aparece na descrição das suas partes. No entanto, ao fazerem descrições tão imprecisas e contraditórias do tempo, os autores que estamos seguindo, Lavelle (1945), Guitton (1941), Alquié (1943), Pucelle (1962), Kojève (1990), nos dão uma idéia mais clara dele. Ele é uma relação dialética entre ser e nada, entre alegria de viver e medo de morrer, entre sofrimento da finitude e desejo de eternidade. A descrição das partes vale pela descrição do todo.

Esta complexidade torna-se maior quando se pensa nas relações que as partes mantêm entre elas. Dependendo da parte que predomina, tem-se um tipo de representação da orientação/direção/sentido do tempo: a) *linear* – o passado precede o presente, que precede o futuro. O presente é ponte entre passado e futuro e há uma relação necessária, causal, que gera uma continuidade inexorável, determinista, do passado ao futuro; b) *teleológica*: o futuro é primeiro e organiza o passado e o presente, pois é nele que estes têm o seu fim. Passado e presente são ordenados por uma causa final; c) *presentista*: o presente predomina na atitude do *carpem diem* ou no desejo

---

<sup>7</sup> Cf. LLOYD, G. O Tempo no Pensamento Grego. In: RICOEUR, P. (Org.). **Le Temps et les Philosophies**. Paris, Payot/Unesco, 1978.

HONDERICH, T. Relations Temporelles et Atributs Temporels. In: RICOEUR, P. (Org.) **Le Temps et les Philosophies**. Paris: Payot/Unesco, 1984.

espiritual de ascensão à eternidade no instante. O monge vive no instante místico, quieto, retendo o passado e antecipando o futuro. É no presente que há a lembrança e a espera e Santo Agostinho propôs um triplo presente: presente-do-passado (lembrança), presente-do-presente (visão), presente-do-futuro (esperança); d) *ramificada*: cada presente abre o futuro como possibilidades diversas, oferecendo ao sujeito a liberdade de escolha da ruptura ou redirecionamento do passado; e) *concêntrica*: para Heidegger, não há assimetria entre passado e futuro, mas unidade articulada do futuro/passado no presente: “um futuro que torna presente o processo de ter sido”. Heidegger põe o futuro como predominante, como local da finitude. O ser-aí (*dasein*) deve partir dessa determinação para o interior da consciência viva, que é o passado e o presente. Ele põe primeiro o futuro-nada, para adentrar no ser, que é a articulação de passado/presente/futuro, antes do nada. A orientação do tempo do *dasein* não é bem o futuro, posterior ao passado e ao presente, mas o centro de si, reunindo a dispersão desses tempos em uma relação autêntica consigo mesmo, i.e., do *dasein* posto diante da sua finitude. Pode-se pensar ainda em outros modos de articular as partes do tempo: espiral, arqueológica, fractal, estrutural etc.<sup>8</sup>



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

### **O TEMPO HISTÓRICO COMO “REPRESENTAÇÃO INTELECTUAL”**

O que seria a “dimensão histórica” do tempo? Se o passado é o que não é mais e não é observável, o conhecimento histórico seria possível? O historiador deve se contentar com uma “ilusão intelectual” como resultado do seu trabalho? Vamos nos deter na especialidade do historiador: a sensibilidade à “dimensão histórica” do tempo. Contudo, embora seja central para a história, a categoria “tempo histórico” foi pouco tematizada pelos historiadores. Para Michel de Certeau,

o tempo é o impensado de uma disciplina que não para de utilizá-lo como instrumento taxonômico. O tempo é tão necessário ao

---

<sup>8</sup> Cf. RICOEUR, P. (Org.). **Le Temps et les Philosophies**. Paris: Payot/Unesco, 1978.

RICOEUR, P. **Temps et Récit**. Paris: Seuil, 1983/1985, 3 vols.

SANTO AGOSTINHO. Livre XI - Elevation sur les mystères. In: \_\_\_\_\_. **Confessions**. Paris: Pierre Horay, 1982. (Coll. Points)

BARREAU, H. Modeles Circulaires, Lineaires et Ramifiés de la Représentation du Temps. In: Tiffeneau, D. (Org.). **Mythes et représentations du temps**. Paris: CNRS, 1985.

historiador que ele o naturalizou e instrumentalizou. Ele é o impensado não porque é impensável, mas porque não é pensado<sup>9</sup>.

O historiador não separa a reflexão teórica sobre o tempo da pesquisa concreta das experiências humanas: a sua teoria é prática, a sua noção do tempo permanece implícita à sua reconstrução do vivido. Todo trabalho de história é uma organização temporal: recortes, ritmos, periodizações, interrupções, sequências, surpresas, imbricações, entrelaçamentos. Os casos que o historiador pesquisa já são em si mesmos “temporalidades vividas”, que ele tenta reencontrar e reconstituir através da documentação e, por isso, talvez ingenuamente, evite teorizar sobre a temporalidade. É ingênuo porque “narrar uma história” não é (re)vivê-la, é uma operação cognitiva, que exige a teorização. Para Prost, fazendo a teoria da história, o que distingue a questão do historiador em relação às questões dos outros cientistas sociais é a “dimensão diacrônica” e mesmo quando trata de estruturas e sincronias, o que o historiador percebe e enfatiza é a mudança. O sentido da sua investigação é acompanhar os homens em suas mudanças, produzindo a sua descrição, análise e avaliação.<sup>10</sup>

Para Philippe Ariès, a “dimensão diacrônica” do tempo é percebida quando se constata a diferença entre o ontem e o hoje e o objetivo da pesquisa histórica é a explicação dessa diferença. A pesquisa histórica se apresenta como uma resposta a uma surpresa, a um espanto com as diferenças entre o hoje e o ontem. O passado só é apreensível pela comparação com o presente, a única duração que o historiador pode conhecer concretamente. Febvre sustenta que a função da história é “explicar o mundo ao mundo”, “organizar o passado em função do presente”, o que significa que o historiador se dirige ao presente, aos seus contemporâneos. O tempo da história-problema seria um tempo de diálogo, de aproximação e comunicação, que pressupõe a diferença entre o presente e o passado. Nesta comunicação, Febvre considera que o maior erro seja o “anacronismo”, que leva ao desentendimento, à incomunicabilidade

---

<sup>9</sup> DE CERTEAU, Michel. **Histoire et psychanalyse entre science et fiction**. Paris: Gallimard, 1987, p. 89.

<sup>10</sup> DE CERTEAU, M. L'Operation Historique. In: Le Goff, J.; Nora, P. **Faire de l'Histoire/Nouveaux Problèmes**. Paris: Gallimard, 1974.

Id. **Histoire et psychanalyse entre science et fiction**. Paris: Gallimard, 1987.

PROST, Antoine. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris: Seuil, 1996.

entre o presente e o passado, que teriam um do outro informações equivocadas. No anacronismo, a qualidade da sensibilidade historiadora à dimensão diacrônica se deteriora e a narração das oscilações temporais se desequilibra: o historiador não “compreende” mais o passado, pois perdeu a “empatia”, o vínculo com passado. Entretanto, Dumoulin e Loraux chamam a atenção para um aspecto positivo do anacronismo – “positivo” no sentido de que poderia enriquecer e aprofundar esta comunicação. O anacronismo, que é a intrusão de uma época em outra, que seria o erro histórico por excelência, pode ter um valor heurístico: a proposição de questões ou técnicas de análise de hoje no passado pode lançar luzes sobre ele. Assim, em vez de fim da comunicação entre passado e presente, ele traria, paradoxalmente, o avanço nesta comunicação. Como fonte de conhecimento, o anacronismo tomaria o tempo “com efeito” e deixaria de ser o “pecado mortal” para tornar-se uma estratégia preciosa de conhecimento. Dumoulin e Loraux têm razão, mas o risco, agora, é a transformação retórica do defeito em “efeito”.<sup>11</sup>

Para Bloch, a história é “a ciência dos homens no tempo” e o tempo é “o plasma em que se banham os fenômenos, lugar de sua inteligibilidade”. A história é a ciência das “formas das experiências vividas”, que se determinam espaço-temporalmente. Para o historiador, não há homem em geral, vago, universal, especulativo, mas vidas determinadas, i.e., “plasmadas temporalmente”. O tempo histórico não é algo exterior, que envolveria os fenômenos, um ser substancial, uma intuição divina, como acreditou Newton, mas a própria forma dos eventos humanos, que lhes dá identidade e inteligibilidade. O tempo histórico esculpe as formas da experiência vivida. Ele não é um tempo físico ou psicológico ou dos astros ou do relógio, divisível e quantificável, e também não é uma infinidade de fatos sucessivos como a linha é uma infinidade de pontos. O tempo histórico é o das coletividades públicas, das sociedades, civilizações, um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo. Por um lado, o tempo histórico possui uma objetividade social, é independente da vontade dos indivíduos; por outro, os indivíduos também o criam e tecem, interferem e o

---

<sup>11</sup> ARIÉS, Ph. **Le Temps de l'Histoire**. Paris, Seuil, 1986.

FEBVRE, L. **Combats pour l'Histoire**. Paris: A. Colin, 1965.

DUMOULIN, O. Anachronisme. In: Burguière, A. **Dictionnaire des sciences historiques**. Paris: Puf, 1986.

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, A. (Org.) **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

transformam, suas biografias modificam a sociedade, mas não podem ignorar o tempo social que se impõe a eles.<sup>12</sup>

A seguir, vamos apresentar algumas elaborações do tempo histórico feitas por historiadores e não historiadores, para “pensar o impensado”. Há alguns conceitos e idéias sobre o tempo que são essenciais à “operação historiográfica” e, se fossem usados conscientemente, tornariam a abordagem do passado mais eficaz. Vamos retomar três concepções do tempo histórico como “representação intelectual”: o debate entre os Annales e a história tradicional, o tempo-calendário, de Paul Ricoeur, e as categorias metahistóricas de “campo-da-experiência” e “horizonte-de-expectativa”, de Reinhart Koselleck. São construções diferentes que, por serem diferentes, permitem uma fecunda visão poliédrica da dimensão histórica do tempo. Já abordamos estes temas e autores em outros livros e o sentido da sua retomada, aqui, é (re)organizá-los e torná-los mais acessíveis aos jovens historiadores, que, depois, poderão exercer melhor a sua “sensibilidade historiadora”. Além disso, “retomar” é reconhecer, recapitulando, ressignificando, reatribuindo sentido, repetindo reflexivamente.

**1º) A história seria “o estudo dos fatos humanos do passado”?** Há uma concepção mais tradicional do tempo histórico que, se não for pensada de maneira muito tradicional, mantém a sua consistência. Nessa perspectiva, o tempo histórico se confunde com a dimensão do passado das sociedades humanas e a história é “o estudo dos fatos humanos do passado”. Nessa historiografia, o passado pode ser posto em relação mais forte ou mais fraca com o presente, mas sua relação ao futuro é praticamente inexistente. Para os historiadores mais tradicionais, o futuro não existe como dimensão da história concreta e só pode ser incluído no raciocínio do historiador como uma variável desconhecida, i.e., sem valor determinante. Estes historiadores tendem a fazer coincidir o tempo histórico com a dimensão do passado em si, sem qualquer relação ao presente e ao futuro. Esse passado está inscrito no tempo-calendário e é constituído pela sucessão precisamente datada neste dos eventos singulares e irrepitíveis. A singularidade do evento consiste em estar em um momento preciso desta escala homogênea e linear e o historiador, manipulando os documentos, também precisamente datados e verificados, reconstitui empírica e exatamente o que se passou

---

<sup>12</sup> BLOCH, M. *Apologie pour l' Histoire ou Métier d' Historien*. 7 ed. Paris: A. Colin, 1974.

ali naquele momento preciso do calendário. Nessa perspectiva, há uma certa obsessão pela “reconstituição empírica, precisa e exata do passado”, o que leva ao seu isolamento do presente, que seria uma fonte de imprecisões, e à sua reificação. O passado como objeto dessa história é objetivado, posto como exterior ao presente e apreensível “com precisão e exatidão, baseado em fontes seguras”. Esse passado é concebido como a sucessão de eventos bem reconstituídos e precisamente datados. Eis o que pensa do tempo histórico o historiador tradicional dito “positivista”<sup>13</sup>.

Os historiadores mais heterodoxos, ao contrário, tendem a fazer coincidir o tempo histórico com a “relação presente-passado”, mas sempre cautelosos em relação a uma reflexão histórica sobre o futuro. Como objeto de “ciência”, o tempo histórico confundir-se-ia com o passado dado e o presente que o recebe criticamente. Os Annales combateram a historiografia tradicional sustentando que o passado e o presente se relacionam determinando-se reciprocamente. Enquanto os historiadores tradicionais interditavam o presente como objeto do historiador, pois não seria abordável serena e refletidamente, porque é espaço da experiência e não da reflexão, Bloch propôs o “método regressivo”: o historiador deve partir do presente ao passado e retornar do passado ao presente. Talvez fosse melhor definir o seu método como “retrospectivo”, para se evitar o risco da regressão infinita em busca das origens. Para ele, por um lado, o passado explica o presente, pois o presente não é uma mudança radical, uma ruptura rápida e total. Os mecanismos sociais tendem à inércia, são prisões de longa duração: código civil, mentalidade, estruturas sociais. Ignorar este passado comprometeria a ação no presente. O presente é explicável tanto pelo passado imediato quanto por um passado mais remoto, por possuir raízes longas. O presente está enraizado no passado, mas conhecer essa sua raiz não esgota o seu conhecimento, porque é também um conjunto de tendências para o futuro e o momento de uma iniciativa original. Ele exige um estudo dele próprio, pois é um momento original, que combina origens passadas, tendências futuras e ação atual.

---

<sup>13</sup> FURET, François. **L’Atelier de l’histoire**. Paris, Flammarion, 1982.

CARBONNEL, Ch-O. L’histoire dite “positiviste” en France. **Romantisme**, n. 21/22. Paris: Revue de la Société des Études Romantiques, 1978.

REIS, J C. **História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade, Verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

Portanto, para Bloch, as relações entre passado e presente são mais complexas e recíprocas. Pelo seu método retrospectivo, o passado só é compreensível se o historiador for até ele com uma problematização suscitada pela experiência presente e bem formulada racionalmente. O historiador não pode ignorar o presente que o cerca, precisa olhar em torno, ter a sensibilidade histórica do seu presente, para, a partir dele, interrogar e explicar o passado. Ele faz o caminho do mais conhecido, o presente, ao menos conhecido, o passado. Ele sabe mais dos tempos mais próximos e parte deles para descobrir os tempos mais longínquos e retornar ao presente, a quem ele se dirige. Esta é a estratégia retrospectiva do conhecimento histórico, um conhecimento a contrapelo: do presente ao passado, do passado ao presente. O historiador segue o tempo a montante, penosamente, até certo ponto, para retornar à jusante, agora, pela segunda vez, tomando conhecimento e reconhecendo a primeira descida, que fora feita às cegas. É como se ele voltasse ao topo do tobogã, ao alto da pista de esqui, como se levasse o rolemã até o pico da rua, para re-descer, sem medo, de olhos abertos, vendo tudo, avaliando tudo, prazerosamente, desembarcando no presente uma segunda vez. O conhecimento histórico é reflexivo, um retorno às condições iniciais do presente, que não estão em um passado remoto e inatingível, que o presente sabe e quer rever.

O presente tem um interesse vivo pelo passado, perguntas que ele se faz para se compreender melhor enquanto continuidade e diferença. A história como “conhecimento dos homens no tempo”, então, não se restringe ao passado. Bloch não admite que a história seja apenas “o estudo dos fatos humanos do passado” e muito menos “o estudo dos mortos”, porque ela une o estudo dos vivos (presente) ao dos “vivos ainda” (passado). O objeto da história é a vida presente-passada, que estava na parte superior da ampulheta, e não os homens pulverizados pelo tempo, indiferenciados e amontoados na parte inferior, que são incognoscíveis. Com o método retrospectivo evita-se a vinda mecânica do atrás para a frente e evita-se também a busca das origens, que levaria a uma regressão infinita, que exclui definitivamente o presente da perspectiva do historiador. Este método é o sustentáculo da história-problema, que se apresenta como uma história “cientificamente conduzida”. Temática, essa história elege os temas que interessam ao presente, problematiza-os e trata-os no passado, trazendo informações que o esclarecem sobre a sua própria experiência vivida.

**2º) O tempo-calendário é “o número das mudanças das sociedades humanas”.** Para Ricoeur, o tempo histórico é coletivo, das sociedades, de suas mudanças coletivas, organizadas e dirigidas pelo tempo-calendário. Para ele, o tempo-calendário seria um “terceiro tempo” por fazer a conexão entre o tempo vivido da consciência e o tempo cósmico. O tempo-calendário é indispensável à vida dos indivíduos e das sociedades e é essencial ao historiador. Diversos, os calendários têm uma estrutura comum: sempre há um evento fundador, que abre uma nova época, ponto zero a partir do qual se cortam e se datam os eventos. Desse ponto-zero pode-se percorrer o tempo em duas direções: do presente ao passado, do passado ao presente. O futuro está excluído. Enfim, fixam-se as unidades de medida: dia, mês, ano. O tempo-calendário é ao mesmo tempo astronômico e da consciência. Do tempo físico, ele mantém as características de continuidade, uniformidade, linearidade infinita, segmentável à vontade, a partir de instantes quaisquer, não tem presente, é reversível, mensurável e numerável. É a astronomia que sustenta esta numeração e medida. Mas, o tempo calendário não é só astronômico, porque o ponto-zero é um evento, um presente vivido, determinado e singular, que teria rompido com uma época e aberto outra. O tempo-calendário é um tempo original: o “momento axial” não é astronômico, mas um evento que foi capaz de dar curso novo à história dos homens. Esse momento axial dá posição a todos os outros eventos. Assim, os eventos, sem qualquer relação entre si, são organizados a partir desse momento axial como simultâneos, anteriores e posteriores e a nossa própria vida individual recebe sua localização em relação aos eventos datados pelo calendário. No Ocidente, este evento divisor de épocas foi a vinda de Cristo e todos os eventos são “datados”, inseridos no tempo-calendário, acompanhados da informação aC ou dC. Há vários calendários, mas a estrutura do tempo dos diversos calendários é a mesma: a inserção da vida dispersa das sociedades em quadros permanentes, definidos por mudanças religiosas, políticas e movimentos naturais regulares. O ano é uma unidade de tempo natural, litúrgica e cívica. O tempo-calendário inscreve a dispersão e multiplicidade da vida individual e coletiva na uniformidade, continuidade e homogeneidade de quadros naturais e sociais permanentes.<sup>14</sup>

O historiador opera com o tempo-calendário e busca datar e periodizar as experiências vividas que estuda. O historiador cria a sua periodização orientado por sua

---

<sup>14</sup> Cf. RICOEUR, P. *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1983/1985. 3 vols.

interpretação ou deve oferecer uma periodização única? A periodização é realista ou interpretativa? Talvez possamos dizer que o realismo da datação não impede a interpretação da periodização. Por um lado, as datas não podem deixar de ser sempre as mesmas para qualquer historiador: 1792, 1789, 1822, 1922, 1968, 1989 definem os mesmos eventos para todos. Neste sentido, a datação em história é realista e consensual. Não se pode colocar a Revolução Francesa em outra data, a Segunda Guerra Mundial não ocorreu no século XIX. O controle do antes e do depois dos eventos deve ser o mais preciso possível. O primeiro esforço do historiador é produzir uma sucessão rigorosa dos eventos, i.e., datar com rigor. A partir desta base de dados, ele constrói a sua interpretação. A pesquisa histórica tem, por um lado, uma dimensão reconstituidora dos fatos e, por outro, uma dimensão problematizadora e avaliadora, que afeta e modifica a reconstituição, sem comprometê-la e enriquecendo-a. Quando se põe a interpretar, o historiador cria fases, épocas, idades, eras, etapas de declínio, ascensão, crise, estagnação, apogeu, início, fim, continuidade, ruptura, ritmos. O historiador coordena as datas e lhes atribui um sentido. Por exemplo: em 1492, Cristovão Colombo chegou à América. Isto é um dado e uma data consensual. Definida a data, o historiador perguntará: “o que esta data significa?”. Para Bosi, “narrar é enumerar, contar o que aconteceu exige que se diga o ano, o dia, a hora. As datas são pontas de iceberg, balizas que orientam a navegação no tempo, evitando o choque e o naufrágio. As datas são sinais inequívocos, números, sempre iguais a si mesmas. As datas são numes, pontos de luz na escuridão do tempo”.<sup>15</sup>

O conhecimento das datas supõe a compreensão de sucessões, sincronismos, convergências, intervalos, seqüências. A data é sinal e não toma o lugar do fato que ela representa. Todo corte em história é uma representação, uma atribuição de sentido. Nada começa e termina absolutamente, porque não se corta o tempo. Para datar, o historiador recorre aos vestígios deixados pelo passado, que têm um lado material: couro, metal, madeira, barro, argila, cerâmica, pedra, papel, tinta, impressões diversas e um conteúdo interno, uma mensagem deixada pelos homens do passado. O lado material do vestígio é importante porque deixa a mensagem durar e porque já é uma mensagem sobre os meios materiais de expressão daquela época. No presente, o historiador examina um vestígio para interpretar aquela mensagem do efêmero: “os

---

<sup>15</sup> POMIAN, K. L. *Ordre du Temps*. Paris: Gallimard, 1984.

homens passam, mas as suas obras permanecem”. O vestígio indica o aqui-agora da passagem dos vivos. Ele orienta a pesquisa dos vivos sobre os outros enquanto eram vivos. Ele assegura que houve a passagem anterior de outros homens vivos. A história é o conhecimento por meio de vestígios: ela procura o significado de um passado acabado que permanece em seus vestígios. O vestígio é coisa e sinal. Ele se insere no tempo-calendário, carrega em si a sua data. Ele revela bem o lado paradoxal do tempo: “faz aparecer” o passado sem torná-lo presente. Nele, o passado é um ausente que afirma a sua presença. Para Ricoeur, o vestígio é um dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica refigura o tempo e os historiadores fariam bem em não somente usá-los, mas em se perguntarem sobre o que ele significa.<sup>16</sup>

O tempo-calendário organiza a vida humana dentro de quadros permanentes, conta/enumera a vida humana, que não é quantificável como pura vida humana. Ela adquire forma: inícios e fins, expressão, relevância, ritmos, recomeços, sentido e direção. O tempo-calendário data os feitos, as obras, nascimentos e mortes, surpresas e descontinuidades. O tempo-calendário é “o número das mudanças das sociedades humanas”, visa a numeração do inumerável, i.e., dos ritmos mais rápidos e mais lentos da vida humana. Contudo, o tempo-calendário permitiria, de fato, ao historiador conhecer efetivamente a experiência vivida, transitória, finita, mortal? Se ele não permite um conhecimento exaustivo, definitivo e absoluto das “mudanças perpétuas das sociedades humanas”, pelo menos, as datas e vestígios, como diria Ricoeur, como os símbolos, “dão o que pensar”.

**3º) As categorias meta-históricas que revelam o tempo histórico: “campo-da-experiência” e “horizonte-de-expectativa”.** Para Koselleck, o tempo-calendário não resolve o problema posto pelo tempo histórico, que continua a questão mais difícil para o conhecimento histórico. Ele insiste na importância em se datar corretamente os fatos, mas isto seria apenas as condições prévias e não define o que se poderia chamar de “tempo da história”. Para Koselleck, a cronologia oferece calendários e medidas relacionadas a um tempo comum, o do sistema planetário, calculado segundo as leis da física e da astronomia. Mas, para ele, quando alguém se interessa pelas relações entre história e tempo não é no calendário que pensa, mas “nas rugas no rosto do velho, nos

---

<sup>16</sup> Cf. RICOEUR, P. *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1983/1985. 3 vols.

meios de comunicação modernos convivendo com os passados, na sucessão de gerações”. Um tempo mensurável da natureza não se refere a um conceito de tempo histórico. O tempo histórico se liga às ações sociais e políticas, a seres humanos concretos, agentes e sofredores, às instituições e organizações que dependem deles. Cada uma delas tem o seu ritmo próprio de realização. A interpretação destas experiências nos obriga a ultrapassar as determinações naturais do tempo.<sup>17</sup>

Para ele, a questão maior posta pelo tempo histórico é: “como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação?”. Sua hipótese: “determinando a diferença entre passado e futuro, entre campo-da-experiência e horizonte-de-expectativa, em um presente, é possível apreender alguma coisa que seria chamada de “tempo histórico”. Passado e futuro necessariamente remetem-se um ao outro e essa sua relação é que dá sentido à idéia de temporalização. Na experiência individual, por exemplo, o envelhecimento modifica a relação entre experiência e expectativa, quando se é mais jovem ou se é mais velho, o passado e o futuro significam diferentemente e a sua relação se altera. Portanto, o tempo histórico, para Koselleck, é pensável por duas categorias principais: “campo-da-experiência” e “horizonte-de-expectativa”. Essas categorias não são ligadas à linguagem das fontes, não são realidades históricas, mas categorias formais de conhecimento suscetíveis de ajudar a fundar a possibilidade de uma história. A história é sempre de experiências vividas e de esperas dos homens que agem e sofrem. Os conceitos de experiência e expectativa referem-se um ao outro, não se pode ter um termo sem o outro. Sem essas categorias, para ele, a história seria mesmo impensável. Elas estruturam tanto a história-realidade, como experiências-expectativas determinadas, quanto a história-conhecimento, como conceitos formais que permitem abordar aquelas:

[...] experiência e espera são duas categorias que, entrecruzando passado e futuro, são perfeitamente aptas a tematizar o tempo histórico. Tanto a história concreta se realiza no cruzamento de certas experiências e certas esperas, como oferecem ao conhecimento histórico as definições formais que permitem decifrar aquela realização. Elas remetem à temporalidade do homem e de alguma forma metahistórica à temporalidade da história. O tempo histórico não é então somente uma expressão vazia de conteúdo, mas um valor adequado à história e cuja

---

<sup>17</sup> Cf. KOSELLECK, R. **Le Futur Passé** - Contribution à la Semantique des Temps historiques. Paris, EHESS, 1990.

transformação pode-se deduzir da coordenação variável entre experiência e espera [...] <sup>18</sup>

A “experiência” é o passado atual, cujos eventos foram integrados e podem ser rememorados por uma elaboração racional e também comportamentos inconscientes, estranhos a ela mesma. A “expectativa” é o passado atualizado no presente. São conceitos assimétricos: a espera não se deixa deduzir da experiência, passado e futuro não se recobrem. A presença do passado é outra que a do futuro. O passado constitui um espaço, pois é aglomeração de experiências em um todo que se dá ao mesmo tempo; o futuro é um horizonte, pois é uma linha atrás da qual se abre um novo campo da experiência possível cujo conhecimento é inantecipável. São conceitos assimétricos e da sua diferença pode-se deduzir algo que seria o tempo histórico. Um não se deixa transpor no outro sem que haja ruptura. O tempo histórico é esta tensão entre experiência e expectativa, uma relação estática não é concebível. Eles constituem uma diferença temporal em nosso presente, na medida em que se imbricam de forma desigual. A diferença revelada por essas categorias nos remete a uma característica estrutural da história: o futuro da história não é o resultado simples do passado, embora este traga conselhos. A relação entre eles tem a estrutura do prognóstico: o possível deduzido dos dados do passado. Essas diferenças entre experiência e expectativa são plurais, i.e., o tempo histórico não é um, mas múltiplos e se superpõem. Cada época mantém relações diferentes com o seu passado e futuro, cada presente constrói ritmos históricos diferenciados, mesmo se um deles predomina. Estas categorias, por serem formais, são transhistóricas e permitem o conhecimento de tempos históricos múltiplos.

Portanto, em Koselleck, o tempo histórico, sem ignorar as medidas do tempo-calendário, não se confunde jamais com este. A reflexão sobre o tempo histórico é feita através dos conceitos que analisam e interpretam as ações e intenções de sujeitos coletivos e singulares. O tempo histórico perde a continuidade, homogeneidade e linearidade conferidas pelo tempo-calendário, pois sua referência não é mais apenas o número dos movimentos objetivos, mas as relações de dependência, reciprocidade e descontinuidade das mudanças políticas e sociais. Ele se torna intrínseco à experiência vivida das sociedades particulares, i.e., sua relação particular ao seu passado e ao seu

---

<sup>18</sup> Cf. KOSELLECK, R. **Le Futur Passé** - Contribution à la Semantique des Temps historiques. Paris, EHESS, 1990.

futuro antecipado. Assim, não se pode falar de um tempo histórico único, mas de tempos históricos plurais, como são plurais as sociedades. Pode-se falar de tempos históricos heterogêneos, com mudanças e direções não lineares. As sociedades se relacionam diferentemente, em cada época, ao seu próprio passado e ao seu futuro. Isto é: uma sociedade pode mudar de perspectiva em relação a si mesma, pode resgatar passados esquecidos, esquecer passados sempre presentes, abandonar projetos, propor outras esperas. A história se torna plenamente uma “ciência dos homens no tempo”, porque passa a incluir também o futuro em sua perspectiva. Aliás, o objetivo das sociedades é construir a ação que as levará ao futuro, que irá realizar as suas metas. Elas não podem atingi-las apenas do presente para o futuro e precisam fazer um “recoo estratégico” ao passado. Uma metáfora que pode iluminar a relação entre a sociedade e o tempo é a do cobrador de um pênalti ou de uma falta no futebol: chegar às redes é a meta, o *goal* (futuro), mas o cobrador não pode chutar apenas da marca do pênalti (presente) para o objetivo (futuro), pois não teria impulso, e precisa, então, criar este impulso fazendo um “recoo estratégico” (passado): um traçado escolhido, curto ou longo, reto ou curvo, para a direita ou para a esquerda...

O tempo histórico é, portanto, em primeiro lugar, uma “representação intelectual”, porque não é uma reconstituição dos fatos tal como se passaram. Não há coincidência entre a narrativa histórica e a experiência passada que narra. Uma obra de história é uma sofisticada construção intelectual do historiador. O tempo histórico como representação intelectual é um conceito complexo que engloba todas as formas de apreensão do tempo: intelectual, psicológica, biológica, social... O controle do tempo histórico põe em ação *operações mentais*: identificação, associação, memória, juízo, comparação, medida; *operações psicológicas*: percepção da duração, retrospectão, transposição, projeção, expressões afetivas, atitudes em relação a valores culturais. O controle desse conceito supõe o desenvolvimento integral da pessoa: *capacidade de abstração* do presente, de recoo, de representar simbolicamente um século, um milênio, de situar um evento, um personagem, um processo, cronologicamente, antes e depois na sucessão; *capacidade de evocação*, de ver o que só aparece por vestígios e documentos, de imaginar uma época, de avaliar a mudança, de perceber velocidades históricas: mudanças rápidas, lentas, ritmos não uniformes, heterogêneos, descontínuos. Enfim, “ter sentido histórico” é ter a sensibilidade à tensão da “dimensão diacrônico-sincrônica” do tempo, é perceber que os homens mudam, as instituições mudam, é ser

capaz de perceber as durações: continuidade e mudança, mudança e continuidade, as rupturas e a solidariedade entre as épocas.<sup>19</sup>

Em segundo lugar, o tempo histórico é uma “representação cultural”, porque o historiador não realiza a sua operação historiográfica fora de uma sociedade e época e toda sociedade e época se orientam por uma “representação cultural” da temporalidade. Aqui, estamos apresentando esta representação cultural em “segundo lugar”, mas ela talvez ocupe o primeiro lugar na operação historiográfica. A construção intelectual do historiador está impregnada da visão do mundo da sua sociedade e época, por mais que tente se destacar e se apresentar como neutra, asséptica, objetiva, o que só revela a ingenuidade do historiador. Para Gourevitch,

as representações do tempo são componentes essenciais da consciência social. A estrutura da consciência social reflete os ritmos e cadências que marcam a evolução da cultura. O modo de percepção e de apercepção do tempo revela as tendências fundamentais da sociedade, de seus grupos, classes, indivíduos. O tempo é uma categoria central no modelo do mundo de uma cultura e a representação cultural do tempo domina a experiência vivida e todas as suas expressões sejam elas as mais abstratas e formais.

Inclusive, a escrita da história.<sup>20</sup>



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

---

<sup>19</sup> Cf. PROST, Antoine. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris: Seuil, 1996.

POMIAN, K. **L'Ordre du Temps**. Paris: Gallimard, 1984.

<sup>20</sup> GODELIER, M. Mythe et Hhistoire: Réflexions sur les Fondements de la Pensée Sauvage. **Annales ESC**, n. 3/4, Paris: A. Colin, maio/agosto de 1971.